

CONTAGEM E SEU PASSADO: O REGISTRO DE ANTIGOS HABITANTES ATRAVÉS DA CULTURA MATERIAL E DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DOS ARTUROS

Inês de Oliveira Noronha*
Paulo Eduardo de Oliveira Enéas**

RESUMO

Este artigo visa apresentar parte da história da conformação do município de Contagem através da cultura material, do patrimônio arqueológico e histórico e da história oral. Este se baseia em uma pesquisa arqueológica e patrimonial sobre uma região de antiga habitação do município, mais precisamente, a região conhecida como Quintas Coloniais. O local ainda abriga o Quilombo dos Arturos, conhecida comunidade que permanece resistente aos avanços urbanos em seu entorno. Esta proximidade acabou ligando antigos atores da comunidade aos responsáveis pelas grandes porções de terra existentes na época.

Palavras-chave: Quilombo dos Arturos; Contagem; Patrimônio; História Oral; Cultura Material.

ABSTRACT

This article aims to present part of the history of the conformation of the municipality of Contagem through material culture, archaeological and historical Heritage and oral history. This is based on an archaeological and patrimonial research on old habitation region of the municipality, more precisely, there going known as Quintas Coloniais.

Key-words: Arturos Quilombo; Contagem; Heritage; Oral History; Material Culture.

1. Introdução

A pesquisa foi realizada com o intuito de cumprir a legislação atinente ao licenciamento ambiental e à disciplina arqueológica. Desta forma, atentou-se para o diagnóstico de seu patrimônio

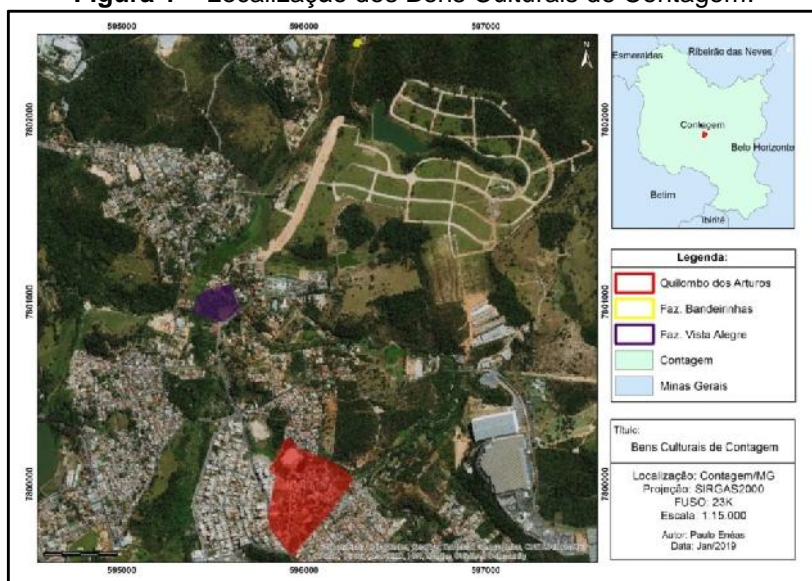
* Doutora em Educação – Universidad Camilo Cienfuegos. Conselheira do Conselho Nacional do Meio Ambiente, Professora Adjunta da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e do Centro Universitário UNA. E-mail: ines.noronha@uol.com.br.

** Graduado em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG e especialista em Geoprocessamento pela PUC-MINAS. E-mail: pauloeneas@gmail.com;

arqueológico, com vistas ao registro, pesquisa, preservação, conservação e divulgação do conhecimento gerado em uma área a ser implementado um loteamento residencial. A área abordada situa-se na Fazenda Vista Alegre, no bairro Quintas Coloniais, no município de Contagem/MG (Figura 01).

Especificamente em relação às atividades executadas, será apresentado neste artigo o trabalho arqueológico interventivo realizado, contextualizado por meio de levantamento bibliográfico sistemático com ênfase na conformação histórica e etno-histórica da região enfocada, bem como no contexto da Arqueologia Regional. Do mesmo modo relevante para o entendimento das ações realizadas, é a apresentação do quadro teórico metodológico que orientou o desenvolvimento dos estudos. Vale destacar, portanto, o trabalho de campo executado pela equipe de arqueologia, assim como os resultados obtidos nesta empreitada. A parte final será dedicada à Comunidade Quilombola dos Arturos.

Figura 1 – Localização dos Bens Culturais de Contagem.



Fonte: Paulo Enéas.

Desse modo, buscamos por meio desta pesquisa, avaliar o potencial arqueológico da área, identificando as marcas materiais que representem o patrimônio cultural local. Partimos, pois, da premissa que o patrimônio arqueológico constitui herança cultural

da nação, na medida em que se trata do registro físico das atividades desenvolvidas pelos diferentes atores que participaram da formação da nossa sociedade. Assim, o seu gerenciamento e proteção perpassa pela realização de estudos capazes de gerar novos dados e oferecer a comunidade elementos para identificação de suas raízes culturais e sociais (MORAIS, 2006).

2. Conceitos e metodologia

Em termos teóricos, o enfoque adotado na presente pesquisa foi o da Arqueologia da Paisagem, perspectiva que oferece o arcabouço necessário para o entendimento das relações estabelecidas entre o homem e o meio, tendo em vista as dimensões culturais, sociais e materiais que permitem a elaboração de uma história de longa duração, na medida em que as atenções se concentram no cenário em que aconteceram as atividades humanas no passado, evidenciando assim rupturas e continuidades entre o passado pré-colonial e o histórico (KNAPP; ASHMORE, 1999; CURTONI; ENDERE, 2009; FAGUNDES, 2007).

Para todos os efeitos, o trabalho seguiu as premissas estabelecidas pela Lei Federal nº3924/64; pelo Art. 20 da Constituição Federal do Brasil de 1988; e Portarias SPHAN 07/1988; IPHAN 230/2002 e IPHAN 28/2003, que tornam obrigatória a realização de estudos arqueológicos em empreendimentos que apresentam o potencial de afetar algum bem cultural. Cabe destacar ainda que a pesquisa estava regulamentada pela Resolução CONAMA nº 001, de 1986, juntamente com o Decreto Lei nº 25/1937 e o Decreto Lei nº 3551/2000, que enfoca o patrimônio histórico e artístico nacional, além de instituir o registro de bens imateriais; e também a Lei nº 9605 de 30/03/1998, Seção IV, que versa sobre os crimes atinentes ao patrimônio cultural.

A fim de angariar subsídios que permitissem a contextualização, descrição e interpretação dos dados levantados em campo, bem como dos bens patrimoniais porventura identificados nas áreas pesquisadas, foi realizado um levantamento bibliográfico sistemático.

Foram realizadas entrevistas informais com os moradores da região, especialmente aqueles com idade mais avançada, tendo experimentado ao longo da sua vida a realidade local (POLLAK, 1989). Por fim, os dados coletados nos trabalhos de campo – entrevistas informais e levantamento interventivo – foram sistematizados, confrontados e por fim interpretados, tendo em vista

a necessidade de compreensão do contexto cultural em que o empreendimento se envolvia.

3. Ambientando-se com o município de Contagem

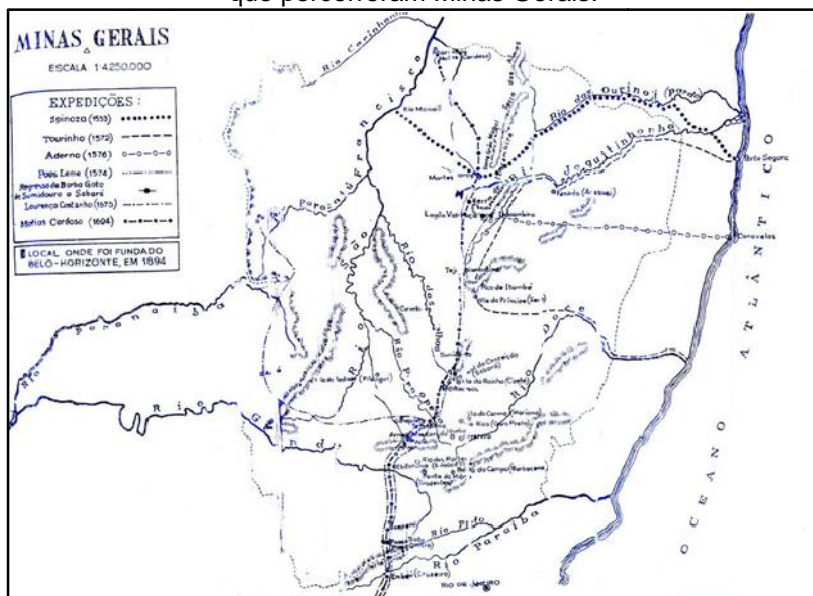
O município de Contagem está inserido na região central de Minas Gerais, na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, mais especificamente na microrregião de Belo Horizonte. Ocupa uma extensão territorial de 195,2 Km², tendo como municípios limítrofes Esmeraldas, Ribeirão das Neves, Ibituripe, Betim e Belo Horizonte. De acordo com dados do IBGE (2018), a cidade conta com cerca de 660 mil habitantes, o que a torna um dos municípios mais populosos de Minas Gerais.

No que diz respeito à sua configuração histórica, sabe-se que a localidade teve o seu processo de colonização iniciado entre os séculos XVII e XVIII, com a edificação de posto de registro que acabou se tornando paragem para as tropas bandeirantes que adentraram as Minas Coloniais em busca de ouro e índios. Ao longo dos anos, foi cenário da vivência de diversos grupos sociais, que deixaram como herança uma diversidade de manifestações culturais (CAMPOS, ANASTASIA, 1991; COSTA, 2010).

Em termos históricos, o processo de colonização da área que veio a compor o município de Contagem teve início entre os séculos XVII e XVIII – época em que as bandeiras paulistas adentraram o interior da Colônia recém-descoberta em busca de ouro e pedras preciosas, especialmente aquelas coordenadas por Fernão Dias Paes. Tais expedições acabaram por consolidar um caminho que passou a ser amplamente utilizado, promovendo a articulação entre a Capitania de São Paulo e Serra do Espinhaço, local rico em minas de ouro (BONADA, 2011).

Mais tarde, com a necessidade crescente por contatos com a Capitania do Rio de Janeiro e os Sertões da Bahia, surgiram outras duas rotas, intensamente percorrida por aventureiros, bandeirantes, expedicionários, mercadores, índios, escravos, tropeiros, entre outros. Digno de nota é o fato dessas três rotas se cruzarem na região conhecida como Abóbora, sendo possível encontrar referências a tal encruzilhada em documentação datada de 1710 (Figura2). Em relação ao nome adotado, desconhece-se a sua origem. O que se sabe é que se tratava não de um lugar urbano, mas sim uma extensa área que funcionava como ponto de comercialização e distribuição de mercadorias, alimentos e outros bens que deveriam integrar a zona mineradora (BONADA, 2011).

Figura 2 – Mapa histórico com rota de entradas e bandeiras que percorreram Minas Gerais.



Fonte: TORRES, 1978.

A origem da denominação *Abóboras*, por sua vez, é desconhecida, no entanto, existem três versões para o nome escolhido. A primeira delas se refere à Família Abóboras, citada pelo Padre Joaquim Martins, a qual foi responsável pela construção da primitiva Igreja de Contagem. Outra versão conta que o território do município se destacava pela produção da abóbora. Devido a esta grande produção se fazia necessário realizar a contagem cucurbitácea antes que fossem enviadas para localidades próximas. Por fim, a terceira versão, remete à existência de registros, instalados pela Coroa, para a arrecadação dos impostos cobrados sobre diversos bens (PMC, 2009).

Sabe-se, no entanto, que o local não era urbanizado, mas, sim, uma extensa área que funcionava como ponto de comercialização e distribuição de mercadorias, alimentos e outros bens que deveriam integrar a zona mineradora (BONADA, 2011).

Foi no contexto do fluxo contínuo de pessoas que passavam pela encruzilhada das Aboboras que pode ser situado o gérmen que deu origem a Contagem. Inicialmente composta de pequenos ranchos, moradia de tropeiros, comerciantes, faiscadores, dedicados

a encontrar ouro nos pequenos córregos do local. Nesse momento, a atividade econômica concentrou-se no abastecimento das zonas mineradoras.

Inicialmente composta de pequenos ranchos, moradia de tropeiros, comerciantes, faiscadores, dedicados a encontrar ouro nos pequenos córregos do local, a atividade econômica se concentrou no abastecimento das zonas mineradoras. Sobre esse assunto, Bonada é enfático ao afirmar que:

Na encruzilhada das Abóboras chegavam constantemente tropas de carga com todo o tipo de mercadoria, de secos e molhados vindos de todos os cantos do Brasil e até do exterior, assim como de vendedores de escravos e de gado. Compradores, prepostos e negociantes de outras bandas, tropeiros que levariam cargas para serem vendidas em outros lugares, carregadores e pessoas interessadas, aguardavam a chegada dos viajantes e os tropeiros com ansiedade. As mercadorias, os escravos e o gado seriam entregues sob encomenda ou vendidos em Sabará, Curral Del Rey, Congonhas do Sabará e outras localidades dedicadas à extração do ouro (BONADA, 2011:13).

Com o intenso fluxo de mercadorias, pessoas e capital na região, a Coroa Portuguesa instalou um posto de registro fiscal, com a finalidade de cobrar impostos. Vale lembrar que no período, as autoridades da Colônia exerciam o controle sobre os territórios ocupados, por meio dos “postos de registro”. De fato, na Comarca do Rio das Velhas, foram instalados mais uma dezena de postos (CAMPOS, ANASTASIA, 1991). Tais estruturas promoviam a fiscalização do fluxo de pessoas e mercadorias, bem como cargas e tropas. Como os trajetos executados eram longos, rapidamente os postos de registro passaram a servir como ponto de abrigo para pernoite. Não é de se admirar que a intensa movimentação tenha motivado no decorrer do tempo o surgimento de roças e também a criação de gado, voltados preponderantemente para abastecimento e sobrevivência, além de intensificar os povoamentos já existentes (MERCADANTE, 1973; MORAES, 2005).

Desse modo, não é demais reiterar que a origem de Contagem se encontra particularmente atrelada a um desses postos de registro, mais especificamente aquele instalado no ano de 1716, nas terras da sesmaria do capitão João de Sousa Souto Maior, em terreno conhecido como Sítio das Abóboras, situado na região da encruzilhada dos caminhos coloniais (BONADA, 2011). Tratava-se de área contígua ao arranhamento de Betim Paes Leme, cunhado de Fernão Dias Paes Leme. Nas imediações do posto das Abóboras,

consolidou um pequeno povoado, fruto do intenso trânsito de pessoas e mercadorias. Inicialmente denominado de Arraial das Abóboras, foi rebatizado mais tarde para Contagem das Abóboras. Isto porque no local, tudo que por lá passava era contado e taxado, de modo que popularmente ganhava força o nome de Contagem (COSTA, 2010).

Outra função importante desempenhada no posto de registro era a troca de ouro em pó por ouro já quintado. Em outras palavras, o proprietário do ouro em pó o entregava aos funcionários da Coroa e em troca recebia as barras de ouro fundido e timbrado, com o quinto já descontado. Para todos os efeitos, era rigorosamente proibido o trânsito do ouro em pó fora do local de extração ou do caminho da fundição ou do local onde aconteciam as trocas, com a pena de sofrer duras punições, como a deportação para as colônias portuguesas situadas na Ásia. Digno de nota é que tal posto de fiscalização permaneceu ativo até 1759. A partir desse momento, surgiram novas rotas entre os centros mineradores, o que motivou a instalação de postos de fiscalização em outros locais, diminuindo o fluxo de pessoas e mercados na região de Contagem (BONADA, 2011).

Quase na mesma época, deve ser mencionada a construção de capela destinada à adoração do padroeiro dos viajantes, São Gonçalo do Amarante. A iniciativa foi responsável pelo surgimento da denominação “Sam Gonçallo da Contagem das Abobras”, nome que homenageava o santo padroeiro ao mesmo tempo em que se referenciava a contagem constante de cabeças de gado, escravos e mercadorias taxadas no posto de registro (CAMPOS, ANASTASIA, 1991).

Com o final do século XVIII e, mais especificamente no século XIX, o povoado começou a apresentar sinais de crescimento constante, apesar de lento. Em boa medida, isto se deveu ao esgotamento das regiões mineradoras, que conferiram à pecuária e à agricultura um novo relevo. De acordo com Bonada (2011), foi nesse momento que chegaram integrantes das famílias tradicionais da região, tais como Diniz, Macedo, Gonçalves Lina, Silva, Costa, Rocha, Camargos e os Mattos, responsáveis pela formação de fazendas como a de Madeira, Morro Redondo, Serra Negra, Abóboras, Riacho das Pedras, Pintados, Vista Alegre, Confisco, entre outras.

Especificamente em relação à formação administrativa, Contagem foi elevada a condição de município em 1911, a qual era compreendida pelo distrito sede, Camanhã, Vera Cruz e Vargem de Pantana. Tal formação permaneceu inalterada até 1938, quando contagem perdeu sua autonomia, transformando-se em distrito

de Betim. Desta maneira, Contagem permaneceu como distrito até 1948, quando retomou a condição de município, porém apenas com o distrito sede (FONSECA, 1978).

Em relação ao patrimônio cultural, este pode ser definido pelo conjunto de todos os bens materiais e/ou imateriais, que devido ao valor manifestado, são considerados relevantes no tocante a questões concernentes à identidade e cultura de um determinado grupo social. De acordo com o IPHAN (2014), a concepção não abarca somente imóveis oficiais isolados, mas no âmbito do contexto contemporâneo, se estende a imóveis particulares, trechos naturais e até mesmo paisagens, incluindo ainda todo um universo de expressões culturais, bem como as tradições ancestrais que um grupo social mantém e transmite para gerações futuras. Em linhas gerais, pode-se dizer que é constituído além da materialidade, pelos saberes e memórias, os modos de fazer, as formas de expressão, celebrações, as festas e danças populares, lendas, músicas, costumes, enfim, todos os aspectos que se relacionam com a identidade de uma determinada comunidade.

No caso específico do município de Contagem, ao falarmos do patrimônio cultural conhecido, estamos nos referindo na verdade, às expressões materiais e tradições locais consolidadas ao longo de mais de 300 anos de história. Preliminarmente, podemos destacar alguns bens de natureza material e imaterial de relevância histórica e cultural. As primeiras informações nesse sentido podem ser verificadas na relação de bens protegidos em Minas Gerais apresentados ao ICMS do Patrimônio Cultural.

No documento, constam listados os seguintes bens: Capela de Imaculada Conceição e Santa Edwiges, Capela de São Domingos de Gusmão, Casa de Cacos, Casa de Cultura Nair Mendes Moreira, Cine Teatro Municipal, Companhia Cimento Portland Itaú – Chaminés e Prédio Administrativo, Conjunto Centro Cultural Francisco Firmo de Mattos Filho – Conjunto Arquitetônico da rua Dr. Cassiano nº 102, 130, 140, Conjunto Urbano: Prefeitura, Capela Santa Helena e Centro Esportivo Tancredo Neves, Espaço Popular, Fazenda Vista Alegre, Igreja Matriz de São Gonçalo, Parque Gentil Diniz e por fim, a Praça Presidente Tancredo Neves.

Vale salientar a existência da comunidade Quilombola dos Arturos. A povoação situa-se em área adjacente ao empreendimento e mantém vivo um rico patrimônio imaterial, com a realização de festas e celebrações de caráter religioso tais como Folia de Reis, Congado, Candomblé, Batuque, Festa de São Sebastião, Festa João do Mato e Festa da Abolição.

Destaca-se, ainda, que o patrimônio cultural de Contagem vem sendo divulgado pela Prefeitura Municipal, por meio de diversas estratégias. Um bom exemplo são as ações promovidas pela Casa da Cultura Nair Mendes Moreira, onde hoje funciona o Museu Histórico de Contagem. Pode-se mencionar a execução de projetos como “Por Dentro da História”, “Casa Aberta” e “Turma do Contagito”, ao mesmo tempo em que vem atuando sistematicamente em prol do tombamento de bens com relevância histórica e cultural.

Por fim, o que podemos dizer é que Contagem apresenta um processo histórico marcado pela diversidade. Do antigo posto de registro das Minas Coloniais a polo industrial, o território foi palco de vivência para diferentes atores sociais, tais como funcionários da Coroa Portuguesa, comerciantes, agricultores, escravos e uma massa de pessoas anônimas, responsáveis pela elaboração das memórias e diferentes tradições culturais do município.

4. Resultados obtidos

Com o objetivo de diagnosticar o potencial arqueológico das áreas de influência do loteamento em questão, foram realizadas expedições de campo, pautadas em abertura sistemática de sondagens. O intuito foi o de detectar algum vestígio e/ou estrutura com valor histórico e cultural.

Na execução dos trabalhos de campo foram identificados três sítios arqueológicos de valor histórico e um remetente ao período pré-colonial. Quanto aos sítios arqueológicos históricos, tratam-se do Valo dos Camargos, das ruínas Fazenda Vista Alegre e das ruínas Fazenda Bandeirinha. Foi documentada ainda uma comunidade tradicional, a Comunidade dos Arturos.

4.1 Sítio Valo dos Camargos

Trata-se de fosso que supostamente promoveu no passado a divisão entre a Fazenda Vista Alegre e Fazenda das Abóboras (Figura 3). Em termos gerais, apresenta profundidade variando entre 1,50m e 2,00m e largura entre 0,80m e 1m, além de 650m de comprimento. Atualmente, encontra-se coberto por densa vegetação, sendo utilizado em alguns pontos como espaço para deposição e queimada de lixo (SOCIOAMBIENTAL PROJETOS, 2013).

Figura 3 – Valo dos Camargos.
Destaque para utilização como área de descarte



Fonte Leandro Mageste.

Vale ressaltar que durante o percorrimento do valo foi possível diagnosticar três estruturas de pedras (Figura 4). Duas das estruturas possuem a função de muro de arrimo, enquanto a terceira, possivelmente, possuía a função de represamento de água (SOCIOAMBIENTAL PROJETOS, 2015). Quanto ao estado de conservação, pode-se afirmar que sofreram danos temporais e antrópicos, no entanto, vale ressaltar que o bem será preservado, mesmo com a instalação do empreendimento. Destaca-se, por fim, o relato do Sr. Mário Braz da Luz, onde afirmou se tratar de valo aberto por escravos em tempos antigos e que foi intensamente utilizado pelos seus parentes no trânsito entre a Fazenda das Abóboras e Fazenda Vista Alegre.

Figura 4 – Estruturas de pedra no interior do Valo.
A-B: Muros de arrimo. C-D: Estrutura de represamento d'água.





Fonte: Socioambiental Projetos.

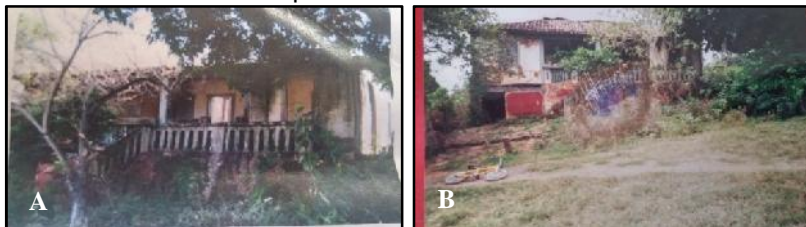
4.2 Ruína Fazenda Vista Alegre

Trata-se de ruína de antiga propriedade rural situada no bairro Quintas Coloniais, provavelmente erguida no final do século XVIII para ser utilizada como sede da Fazenda Vista Alegre, propriedade do Coronel João Teixeira Camargos (Figura 5). De acordo com as informações históricas disponíveis, atuou como polo agropecuário da região entre os séculos XIX e XX, sendo responsável pela produção de farinha de mandioca e polvilho, que eram comercializados no município de Contagem e Belo Horizonte. De fato, o local assume relevância histórica e cultural, constituindo cenário de referência sobre o passado agropastoril da região e centro para o estabelecimento das tradições culturais das comunidades envolvidas. Devido à importância sinalizada, é protegida no âmbito municipal, nos termos do Decreto 10.460, de 2 de maio de 2000. Contudo, devido ao descaso do poder público na fiscalização, conservação e preservação do bem, a edificação desmoronou a aproximadamente 10 anos, de acordo com informações coletadas na Casa de Cultura.

Figura 5 – Fazenda Vista Alegre.

A-B: Fachada da casa antigamente.

C-D: Vista parcial das ruínas da fazenda.





Fonte: A-B: Arquivo pessoal Sra. Darina. C-D: Socioambiental Projetos.

4.3 Ruína Fazenda Bandeirinha

Trata-se de edificação remanescente do século XVIII, considerada pela historiografia oficial como uma das primeiras propriedades a serem formadas na região de Contagem (Figura 06). Atualmente, as terras da fazenda foram divididas em diversos sítios, que foram vendidos para diferentes proprietários. São suscitados alguns questionamentos sobre o fato desta edificação ser realmente a antiga sede da Fazenda das Abóboras. Por isso foi denominada de Fazenda Bandeirinha.

Figura 6 – Vista parcial das ruínas da Fazenda Bandeirinhas.



Fonte: Socioambiental Projetos.

4.4 A Comunidade Quilombola dos Arturos

Devido à importância da comunidade para com o contexto de conformação do município de Contagem, será realizada aqui, uma melhor explanação sobre a comunidade em questão. Graças a esta atividade foi possível diagnosticar a presença de uma comunidade quilombola nas proximidades do empreendimento, conhecida como Comunidade dos Arturos.

Tendo em vista que uma das etapas do trabalho era a contextualização da área através de entrevistas com os moradores locais, utilizaram-se os dados levantados em pesquisa de gabinete para melhor direcionar as conversas com os residentes. Desta maneira, a equipe encarregada pelo trabalho se dirigiu ao quilombo dos Arturos com o intuito de melhor compreender a história local, assim como ter acesso às fontes primárias e seus relatos sobre o cotidiano, costumes, ritos e outros bens de extrema importância para o povoado.

4.4.1 Contexto

O Quilombo dos Arturos está situado no bairro Jardim Vera Cruz, onde foi estabelecido a mais de 120 anos e no qual vivem aproximadamente 80 famílias, totalizando cerca de 500 pessoas. Deste montante, grande número dos habitantes ativos trabalham em indústrias no entorno da comunidade, assim como em empresas localizadas em Contagem e Belo Horizonte (Figura 7).

Os moradores dos Arturos são reconhecidos como grandes contadores de história. Eles possuem enorme orgulho de sua tradição, religiosidade e união. Porém, o êxodo dos mais jovens em direção à “cidade” e à capital acaba por gerar um incômodo nos anciões, por quebrar o ciclo de uma vida unida em prol do mantimento das tradições da comunidade e, crucialmente, da existência da comunidade. Vale destacar, no entanto, que o Quilombo dos Arturos é “considerado um dos mais originais do Brasil, constitui grande e importante patrimônio histórico e cultural de Contagem” (PMC, 2011).

Portanto, o Quilombo dos Arturos caracteriza-se por ser uma comunidade quilombola urbana, devido a sua proximidade ao centro de uma das maiores cidades do estado de Minas Gerais. O terreno onde está situada a comunidade dista apenas 2,5 km do centro de Contagem, o que acaba por influenciar o local em certos momentos. Apesar de sua marcante característica como tal, a área onde esta instalada os Arturos ainda passa por processo de levantamento antropológico para o seu reconhecimento como um quilombo urbano. Desta maneira, caso haja um parecer positivo após a conclusão dos estudos, o processo para titulação do território do Quilombo dos Arturos pode prosseguir no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Figura 7 – Comunidade Quilombola dos Arturos.



Fonte: Socioambiental Projetos.

4.4.2 Histórico

Os moradores da comunidade são descendentes de Artur Camilo Silvério, 1880, filho de Camilo Silvério. Este, natural da Angola, teria chegado as Minas Gerais como escravo no terceiro quarto do século XIX. Graças aos anos de trabalho, o Sr. Silvério – em 1888 (ano da abolição da escravatura) – conseguiu acumular a quantia de dinheiro necessária para adquirir uma porção de terra, aproximadamente 6,5 hectares, nos arredores do município de Contagem. Digno de nota, mesmo ‘beneficiado’ pela lei do Ventre livre, Artur ainda presenciou o sofrimento de seus progenitores quanto às atrocidades cometidas pelos escravocratas.

Entretanto, mesmo com a aquisição da terra por seu pai, Artur foi forçado a trabalhar em fazendas para sua sobrevivência. Durante estas lidas, foi muito maltratado por seus empregadores, tendo até, muitas vezes, sofrido tanto quanto os seus antecessores. Uma história ainda impressa na memória dos descendentes de Artur Camilo Silvério é o acontecimento ocorrido na ocasião do falecimento do seu pai. O Sr. Artur tentou vê-lo e, por decorrência de sua atitude, foi cruelmente agredido na boca com um instrumento de madeira. Esta é uma importante passagem da vida de Artur, já que um dos costumes conservados pelos escravos africanos, e seus descendentes, era a benção aos mortos – consistindo de velar, rezar e enterrar de maneira digna os falecidos.

No entanto, com o espírito trabalhador e frugal herdado de seu pai, conseguiu juntar recursos suficientes para que pudesse se estabelecer nas terras deixadas por seu pai. Artur Silvério casou-se com Carmelinda Maria da Silva, com qual teve 11 filhos, sendo eles os pilares da comunidade. Entre os herdeiros está o Sr. Mário Braz da Luz (Tio Mário) que acabou sendo localizado e entrevistado pelo grupo de pesquisadores.

4.4.3 História Oral

De importância para a consolidação da pesquisa foi a entrevista realizada com o Sr. Mário, 78 anos (Figura 8). Exerceu atividades como agricultor e segurança e hoje é considerado o “pai de todos” e a autoridade máxima do Quilombo dos Arturos. Também é considerado o “capitão-mor” da comunidade e foi reconhecido como Mestre Griô pelo Ministério da Cultura (2011). Este senhor é visitado pelos diferentes setores do município de Contagem para a celebração de rezas e benzeções. Ele reside no local há cerca de 70 anos, quando veio de Esmeraldas junto com a sua família.

Figura 8 – Entrevista com o Sr. Mário Braz da Luz



Fonte: Leandro Mageste.

O Sr. Mário ofereceu informações sobre como era a vida da comunidade no passado. Quando chegou ao local, duas fazendas movimentavam as atividades agropecuárias, a Fazenda das Abóboras e a Fazenda Vista Alegre, que na época pertencia ao Sr. Joviano Camargos. Para ele, as propriedades eram divididas por um valo, que teria sido construído em um passado mais longínquo, por escravos. Destacou que nas duas fazendas foram empregados membros da família do Sr. Artur.

O Sr. Luz alegou ter trabalhado para o Sr. Joviano no passado, carregando o gado, extraindo o leite, plantando milho e arroz. Naquele tempo a sede da Fazenda Vista Alegre era constituída por uma enorme residência, com mais de 10 quartos. A edificação era tão ampla que acomodava até mesmo os empregados. Desse modo, a maioria morava na própria fazenda, exercendo atividades diferenciadas. Na quinta feira, o Sr. Joviano permitia que pescassem no córrego do local, complementando assim a subsistência com o peixe. De fato, ressaltou que a família dos Arturos vivia da subsistência, comprando somente o açúcar e a querosene. Em uma vida marcada por muito trabalho, a comunidade divertia-se com as duas comemorações de maior importância, realizadas anualmente e que permanecem vivas na tradição local

até hoje: a Festa da Abolição e o Congado em homenagem a Nossa Senhora do Rosário.

De cultura expressiva e forte religiosidade, a Comunidade dos Arturos realiza, além das festas citadas pelo Tio Mário, diversas comemorações de cunho religioso e cultural. Destaca-se entre essas, a festa do João do Mato, a festa da Folia de Reis e os ritos de candomblé e batuque realizados em matrimônios e batismos. Vale destacar a existência do Grupo Filhos de Zambi e a preservação dos saberes culinários.

4.4.4 Comemorações, Expressões culturais e Saberes

A Folia de Reis é, costumeiramente, realizada nos meses de dezembro e janeiro – representação dos três reis magos saindo à procura do menino-deus e é realizada com violão, cavaquinho, sanfona e tambores. O grupo sai em visita às casas da comunidade e onde encontram um presépio armado, realizam cantorias e danças. Após toda esta comemoração, a comunidade costuma confraternizar com os visitantes através de um almoço. Já o batuque e o candomblé são manifestações passadas de geração a geração. É realizada pelos mais velhos da comunidade em bailes, casamentos e batizados. Durante o batuque, os integrantes dançam de pés descalços. Entrementes, o candomblé é um rito fechado, e realizado pelos capitães do grupo. No decorrer da cerimônia, os capitães buscam contato com Nossa Senhora do Rosário e com os antepassados da família Silvério. Essa atividade mantém uma conexão entre os vivos e entidades de outros planos.

A festa do João do Mato, em dezembro, é uma festividade realizada quando executada a limpeza das plantações de feijão, milho e arroz. Segundo Lucas (2011), esta festa ocorre quando “o mato tomava conta das roças e o pessoal ia limpar. Uma pessoa vestida com roupa feita de mato representa o mato a ser capinado, as pessoas passam dançando e cantando com as enxadas e encontram com o personagem, se faz um debate entre a pessoa do mato e os capinadores que expulsam o personagem”.

A festa da Abolição, conforme atestou o Sr. Mário, é uma das comemorações mais importantes da comunidade e ocorre em maio em razão da abolição da escravatura, em 1888. Possui um cunho cívico e de exaltação da abolição da escravatura, mas também possui um caráter religioso. Segundo Lucas (1999)

[...] é uma festa de cunho religioso, que justifica a presença das guardas do congado. A experiência de vida dos congadeiros inclui a herança africana, que é a importância dos antepassados

e de sua atuação divina junto a Nossa Senhora do Rosário, para os rumos da vida de seus descendentes.

Enfim, a Festa de Nossa Senhora do Rosário ocorre em outubro e, por sua fama, atrai diversas pessoas para Contagem. A Congada dos Arturos é famosa e atrai muitos convidados para Contagem. A festividade tem como características principais o cortejo e o bailado. Os intérpretes desempenham a coração de um rei congolês e a devoção a Nossa Senhora do Rosário. O séquito percorre pelas ruas da comunidade até a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, no município de Contagem.

A festividade dura três dias, porém os seus preparativos vão além desse período. Há a necessidade de enfeitar a comunidade e suas ruas, a capela, o terreiro e os mastros, realizar manutenções nas roupas e instrumentos, produzir os biscoitos e preparar o almoço para mais de quinhentas pessoas. Tudo isso leva tempo, uma organização e cooperação da comunidade, o que demonstra o desejo da comunidade em perpetuar tal manifestação.

Por fim, pode-se afirmar que este compromisso da comunidade com o festejo se dá graças a uma sensação de amor e devoção ao rito e a história da comunidade, assim como de responsabilidade. Importante frisar que os habitantes não são obrigados a participarem da organização ou da festividade, porém isso ocorre, de forma voluntária, em vista do compromisso com o sagrado. Conforme Aredes *et. al.* (2011) afirma, os ritos do congado, em função de seu caráter religioso, proporcionam à comunidade a experiência com a dimensão do mítico. Ele possibilita que seus praticantes estabeleçam uma relação com os ancestrais e os santos a partir do desenvolvimento das performances rituais.

Digno de nota é a presença de um grupo, criado no início da década de 1990, na comunidade com o intuito de preservar as memórias e saberes nas práticas musicais e coreografias afro-brasileiras. Os Arturos Filhos de Zambi são formados por adolescentes e jovens que querem aprender e representar as tradições de seus antecessores. O reconhecimento que o grupo alcançou foi tanto que eles, corriqueiramente, concorrem a editais públicos e privados, além da parceria com a Prefeitura de Contagem para apresentações em diversos eventos culturais. Segundo Aredes *et al.* (2011) o grupo possui a importante função de ser uma proteção às tradições da comunidade dos Arturos, pois ao se encaixar nos mais variados âmbitos, acabam por proteger os ritos religiosos de pré-conceitos existente na sociedade atual.

Em relação aos saberes da comunidade, pode-se destacar a manufatura do biscoito conhecido como papa-ovo ou amarelinho. O ofício é algo importante na comunidade, sendo alvo de registros videográficos a fim de preservar tal saber. Vale destacar que o biscoito amarelinho é produzido em um forno de barro e, diferentemente das formas de alumínio, utilizam folhas de bananeira para assar o alimento e possuindo formas a cargo do artista.

5. Considerações finais

O levantamento arqueológico realizado em Contagem/MG possibilitou o achado fortuito de bens culturais até então esquecidos pelo poder público. Nos registros fotográficos apresentados pela Sra. Darina nota-se a imponência da Fazenda Vista Alegre, mesmo que bastante deteriorada com o passar do tempo. Já em relação à Fazenda Bandeirinhas, um pouco mais afastada do centro urbano, encontra-se esquecida em meio a uma alta vegetação, tendo grande parte de suas estruturas ruído, no entanto, é digno de nota a importância de cada peça ali encontrada para a Arqueologia, que através da cultura material, pode trazer a tona detalhes importantes de sua história. Por fim, cita-se a comunidade quilombola dos Arturos, locada a pouco mais de 1 km da área do loteamento, mas que poderá ser impactada diretamente com o empreendimento.

Como foi possível notar, a Comunidade Quilombola dos Arturos é parte integrante da história da conformação municipal de Contagem. As histórias contadas pelo Sr. Mário Braz e demais moradores mostram a contribuição que estes deram às grandes fazendas ali existentes. Exemplo disso são as Fazendas Bandeirinhas e Vista Alegre, que necessitavam de grande quantidade de mão de obra para a sua construção e manutenção. Cabe ressaltar que todas as estruturas arqueológicas encontradas na região pesquisada fazem parte da história dos habitantes dos Arturos e de seus antepassados que, muitas vezes contra sua vontade, foram responsáveis por esses patrimônios. Isto, com certeza, agrega valor a esses bens culturais, mesmo que muitos deles remetam a um momento de domínio das oligarquias.

Desse modo, levando em consideração a relevância da comunidade e sua inserção na área de influência direta do empreendimento, foi proposto no Parecer Técnico N° 02/2013, emitido pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) que seja evidenciado o respeito às práticas e manifestações da comunidade dos Arturos. No regulamento

do condomínio, deverá estar explícito o comprometimento dos moradores em realizar desvios de percurso, de acordo com o desejo da comunidade, nos períodos da Festa de Nossa Senhora do Rosário, quando acontece a Congada, celebrada em outubro e a Festa da Abolição em Maio.

6. REFERÊNCIAS

AREDES, R. O. *et al.* Filhos de Zambi: Uma Nova Estratégia de Reprodução de Valores e Saberes na Comunidade Negra dos Arturos. Artigo final do projeto de pesquisa “Filhos de Zambi: Uma Nova Estratégia de Reprodução de Valores e Significados na Comunidade Negra dos Arturos em Contagem”, selecionado pela Bolsa Funarte de Produção Crítica em Culturas Populares e Tradicionais 2010. Belo Horizonte, 2011.

BONADA, M. P. Contagem. In: Por dentro da História. Revista de Educação Patrimonial. Casa de Cultura Nair Mendes. Prefeitura de Contagem. Contagem, 2011.

CAMPOS, A. A.; ANASTASIA. C. M. J. *Contagem: origens*. Belo Horizonte: Mazza edições, 1991.

COSTA, S. C. *A educação infantil no município de Contagem-MG: Análise de uma política (1996-2010)*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

CRIADO BOADO, F. Del terreno al espacio: Planteamientos y perspectivas para la Arqueología del Paisaje. In: *CAPA (Criterios y convenciones en Arqueología del Paisaje)*. Santiago de Compostela: Grupo de Investigación en Arqueología del Paisaje, Universidad de Santiago de Compostela, 1999. N. 6.

CURTONI, R. P.; ENDERE, M. L. (Org.). *Análisis, Interpretación y Gestión en la Arqueología de Sudamérica*. Buenos Aires: INCUAPA, 2009.

FAGUNDES, M. *Sistema de assentamento e tecnologia lítica: organização tecnológica e variabilidade no registro arqueológico em Xingó, Baixo São Francisco, Brasil*. Tese de doutoramento. São Paulo: MAE-USP, 2007.

FONSECA, G. *Contagem Perante a História*. Edição da assessoria de imprensa e relações públicas da prefeitura municipal de Contagem, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, Cidades: Contagem, MG. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>> Acesso em 01 de Abril de 2013.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos, 2014.

KNAPP, A. B.; ASHMORE, W. Archaeological Landscapes: Constructed, Conceptualized, Ideational. In: ASHMORE, A. B.; KNAPP, A. B (Org.). *Archaeologies of Landscape: contemporary perspectives*. Blackwell Publishers, 1999, pp.1-30.

LUCAS, G. Os sons do Rosário: um estudo etnomusicológico do congado mineiro Arturos e Jatobá. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da USP. 2v. Dissertação de Mestrado, 1999.

_____. O Trabalho de campo em pesquisa-ação participativa: Reflexões sobre uma experiência em andamento com a Comunidade Negra dos Arturos e a Associação Cultural Arautos do Gueto em Minas Gerais. Revista Música e Cultura, nº 6. Florianópolis: UFSC, 2011.

MERCADANTE, P. *Sertões do Leste*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MORAES, F. *A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2005.

MORAIS, J. L. Arqueologia da paisagem como instrumento de gestão no licenciamento ambiental de atividades portuárias. e *Gesta*, v. 3, nº 4, out-dez/2007, p 97-115

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM – PMC. *Atlas Escolar Histórico, Geográfico e Cultural do Município de Contagem*. Belo Horizonte: Acervo Cultural Brasileiro Ltda., 2009. 80 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM – PMC. Comunidade Negra dos Arturos. Contagem, 2011. Informações disponíveis em: http://www.contagem.mg.gov.br/?es=patrimonio_historico&artigo=586594. Acesso em: 08/10/2018.

TORRES, A. A organização nacional, 3ª edição, São Paulo: Editora Nacional, 1978.

Recebido em 02/05/2019

Aprovado em 10/11/2019

EDITORA E GRÁFICA DA FURG
CÂMPUSCARREIROS
CEP 96203 900
editora@furg.br